

Atena
Editora
2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidades: Diferentes, não Desiguais 3



Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 3 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-092-6

DOI 10.22533/at.ed.926190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE – NARRATIVAS QUE ROMPEM COM AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE	
Ana Claudia Oliveira Neri Alves Algemira de Macedo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9261905021	
CAPÍTULO 2	14
COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENTE: TRAÇOS DA MEMÓRIA	
Francisca das Chagas da Silva Alves Maria Jorge dos Santos Leite	
DOI 10.22533/at.ed.9261905022	
CAPÍTULO 3	25
DO CANDOMBLÉ ÀS CIÊNCIAS MÉDICAS: CUIDADO, CURA E EDUCAÇÃO MÉDICA SUSTENTÁVEL	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes Regina Moraes da Silva Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.9261905023	
CAPÍTULO 4	34
ENTRE LITERATURA E PSICANÁLISE: RACISMO E SEXUALIDADE EM ANJO NEGRO DE NELSON RODRIGUES	
Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9261905024	
CAPÍTULO 5	45
FRUIÇÃO E MAGIA: DO SILENCIAMENTO À VISIBILIDADE NEGRA NA LEITURA DE LIVROS DE LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Sara da Silva Pereira Vanessa de Senia Monteiro Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.9261905025	
CAPÍTULO 6	55
MÍDIA E NEGRITUDE: O USO DOS FILMES NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS	
Izaque Pereira de Souza Teresa Kazuko Teruya Wellington Junior Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.9261905026	
CAPÍTULO 7	67
O RISO E O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA AFRO-BRASILEIRO NOS POEMAS SATÍRICOS DE LUIZ GAMA	
Josineide Carvalho Costa Herasmo Braga de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.9261905027	

CAPÍTULO 8	79
PRECONCEITO RACIAL VIVENCIADO PELA PERSONAGEM CLARA DOS ANJOS NO ROMANCE HOMÔNIMO DE LIMA BARRETO	
Leonice Rosa da Cunha Abreu Zenaide Lima de Sousa Elio Ferreira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9261905028	
CAPÍTULO 9	82
RELAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL: DO COMÉRCIO ESCRAVISTA DO SÉCULO XVIII AO COMÉRCIO SOLIDÁRIO DO SÉCULO XXI	
João Batista Romualdo Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9261905029	
CAPÍTULO 10	87
UMA ÁFRICA VIVA EM SALA DE AULA: OFICINAS DE AFROSABERES	
Hinara Dias Juca Leididaiane Inácio de Sá Ana Técia de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.92619050210	
CAPÍTULO 11	95
VIDA E MORTE QUILOMBOLA	
Adelmir Fiabani	
DOI 10.22533/at.ed.92619050211	
CAPÍTULO 12	109
LA LECTURA INMAGÉTICA VIRTUAL IDEOLÓGICA Y GLOBALIZADA DE ÁFRICA	
Sérgio Rodrigues de Souza Liliane Rodrigues de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.92619050212	
CAPÍTULO 13	116
VISÕES CRÍTICAS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA COM BASE NAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS	
Cláudio José Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92619050213	
CAPÍTULO 14	124
CORPOS DEFICIENTES E DIFERENTES: DISCURSO SOBRE A DIVERSIDADE E A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Terezinha Richartz	
DOI 10.22533/at.ed.92619050214	
CAPÍTULO 15	133
HISTÓRIA, AÇÕES E REPERCUSSÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA	
Deyse Morgana das Neves Correia	
DOI 10.22533/at.ed.92619050215	

CAPÍTULO 16	147
INTERFACES DAS PRÁTICAS DOCENTES COM A LEI 10.639/2003 NO IFCE/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE	
Maria Virândia de Moura Luz Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira Rosiléa Agostinha de Araújo Marcus Vinicius de Oliveira Brasil	
DOI 10.22533/at.ed.92619050216	
CAPÍTULO 17	157
NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: COMO A ESCOLA CONTEMPORÂNEA LIDA COM ISSO	
Angela Maria Venturini Emília Naura Santos Bouzada Alexandra Sudário Galvão Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.92619050217	
CAPÍTULO 18	167
NOTAS PARA O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO DOCENTE	
Patrícia Fernanda da Costa Santos Luciélío Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.92619050218	
CAPÍTULO 19	182
O JOGO MANCALA – UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA UMA ABORDAGEM EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Denise Aparecida Enes Ribeiro José Augusto Pereira Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.92619050219	
CAPÍTULO 20	189
PROJETO PEDAGÓGICO, CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA	
Daniele De Souza Farias	
DOI 10.22533/at.ed.92619050220	
CAPÍTULO 21	203
O CORPO NA EXPOSIÇÃO “BOSQUE” DE VELICASTELO	
Guilhermina Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92619050221	
CAPÍTULO 22	212
LEITURAS DO CORPO EM TRÊS OBRAS DE HELONEIDA STUDART	
Juliana Braga Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.92619050222	
CAPÍTULO 23	222
MÍDIA E POLÍTICA: A LEGITIMAÇÃO DO SEXISMO	
Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves Joselito Santos Tatiana Cristina Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050223	

CAPÍTULO 24	228
A EXTENSÃO COMO POTENCIALIDADE NA DES/CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS	
Cláudio Orlando Gamarano Cabral	
Marilda de Paula Pedrosa	
Michele Priscila Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050224	
CAPÍTULO 25	234
“NOVO MUNDO”: ENTRE A CARICATURA E A VEROSSIMILHANÇA	
Maria Luand Bezerra Campelo	
Vanessa de Carvalho Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050225	
CAPÍTULO 26	244
ESTÉTICA DA DISSIMULAÇÃO: A ESTÉTICA PERIFÉRICA DE MACHADO DE ASSIS	
Natalino da Silva de Oliveira	
Joelma de Fátima da Costa Neves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.92619050226	
CAPÍTULO 27	254
LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE JOÃO NERY: [TRANS]PASSANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	
Rafaela Costa de Azevedo	
Michelly Pereira de Sousa Cordão	
DOI 10.22533/at.ed.92619050227	
CAPÍTULO 28	267
O ABC DE PATATIVA DO ASSARÉ ENSINANDO SOBRE MEMÓRIA E TRADIÇÃO NO NORDESTE FLAGELADO	
Eduarda Maria Moreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.92619050228	
CAPÍTULO 29	277
NO SEU PESCOÇO, UMA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTO DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE	
Solange Maria Morais Teles	
Rebeca de Alcântara e Silva Meijer	
Antonia Leda Morais de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.92619050229	
CAPÍTULO 30	285
IDENTIDADES AO LÉO: UMA LEITURA DE “PONCIÁ VICÊNCIO” E DE “O VENDEDOR DE PASSADOS”	
Leonardo Gomes de Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Fernanda Soares Wenceslau	
DOI 10.22533/at.ed.92619050230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENTE: TRAÇOS DA MEMÓRIA

Francisca das Chagas da Silva Alves

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares –PPGFPPI- da Universidade de Pernambuco –UPE, Petrolina-PE; e-mail: francisca_alves03@hotmail.com

Maria Jorge dos Santos Leite

Professora Doutora do Programa de Mestrado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares –PPGFPPI- da Universidade de Pernambuco –UPE, Petrolina-PE; e-mail: mariajorge.santosleite@yahoo.com.br

RESUMO: As comunidades quilombolas caracterizam-se por possuírem sua história pautada na fuga dos maus-tratos lançados pelos senhores. Os quilombos são espaços que serviam como refúgio dos escravos fugitivos. No estado do Piauí, atualmente, existem 88 comunidades certificadas. Destas, 06 estão localizadas no município de Paulistana, dentre elas a Comunidade Contente. Este trabalho objetiva conhecer a história dessa comunidade, através da análise dos relatos mnemônicos de seus habitantes. O método utilizado foi o da pesquisa etnográfica, a partir da observação participante e análise qualitativa de entrevistas realizadas com lideranças da comunidade. Conforme as narrativas dos entrevistados, o surgimento da comunidade deu-se através da

doação de terras a um escravo chamado Elias. Este, ao receber a terra do seu senhor, casou-se com uma índia e foram morar no local. Uma casa foi construída à sombra de um umbuzeiro. Quanto ao nome da comunidade, relata-se que foi dado pelo próprio Elias que, ao ganhar a terra a denominou Contente, expressando, assim, seu sentimento. Atualmente a comunidade possui 166 habitantes distribuídos por 47 famílias. A subsistência dos moradores são agricultura e pecuária. As principais manifestações culturais são as festas religiosas, como a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, celebrada no mês de Junho. Trata-se de uma festa que vem sendo perpetuada ao longo da sua história. Após realização da pesquisa em Contente, concluiu-se que as fontes históricas escritas sobre a comunidade são escassas, existindo apenas o relatório sócio antropológico da comunidade. Não obstante, a oralidade revela que essa comunidade possui uma rica memória relacionada ao passado de homens e mulheres negros que hoje reivindicam uma identidade quilombola, por reconhecerem-se como descendentes dos negros africanos escravizados.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade quilombola, história, memória, cultura

ABSTRACT: The quilombola communities are characterized by having their history guided by

the escape from the mistreatment endeavored by their slave masters. The quilombos are spaces which served as a safe haven for fleeing slave. In the state of Piauí, currently, there are 88 certified communities. Of those, 06 are located in the city of Paulistana, among them, the Contente community. This paper aims to obtain knowledge about the history of this community, by means of analysis of the mnemonic reports of its inhabitants. The method endeavored was the ethnographic research, through participant observation and qualitative analysis of the interviews with leaders of the community. According to the narratives of the interviewees, the rise of the community took place after the donation of lands to a slave called Elias. Who, after receiving the land from his slave master, married a native woman and went to live there. A house was built under the shadow of an umbu tree. As for the name of the community, it's told that it was given by Elias himself who, after receiving the land, named it Contente (glad) to express his sentiment. Nowadays, the community has 166 inhabitants distributed in 47 families. The subsistence of the residents is given through agriculture and cattle raising. The main cultural manifestations are religious celebrations, like the celebration of Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Madonna of the perpetual help), celebrated in the month of June. It's a celebration which has been perpetuated throughout the whole history of the community. After the conduction fo the research in Contente, it's concluded that the historical sources written about the community are scarce, existing only for socioanthropological report of the community. Nevertheless, the oral tradition reveals that this community has a rich memory related to the black men and women that today claim their identity as quilombolas, for they recognize themselves as descendents of the black africans who were enslaved.

KEYWORDS: Quilombola community, history and culture.

INTRODUÇÃO

O Brasil contava, no ano de 2017, de acordo com o relatório da Fundação Cultural Palmares, com 2.958 comunidades certificadas. Destas, 88 estão situadas no Estado do Piauí. No município de Paulistana Piauí, encontram-se 6 comunidades remanescentes de quilombo: Angical, Barro Vermelho, Chupeiro, São Martins, Contente e Sombrio. Além destas, todos os municípios dos arredores ou que fazem limites com Paulistana, possuem comunidades quilombolas. A exemplo do município de Acauã que conta com 2 comunidades (Tanque de Cima e Escondido), O município de Betânia possui três comunidades (Silvino, Laranjo e Baixão). O município de Conceição de Canindé com duas comunidades (Carreira da Vaca e Fazenda Nova); Curral Novo com duas comunidades (Carapa e, Caetitu); Jacobina (Campo Alegre, Chapada e Maria); Queimada Nova (Tapuio, Sumidouro, Pitombeira, Baixa da Onça, Volta do Riacho e Veredão)(FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, PORTARIA Nº 187/2017).

A comunidade quilombola Contente é uma das muitas existentes no Estado do Piauí com uma população que se reconhece quilombola. Faz parte do município de Paulistana, estando localizada a 30 km da sede deste município. Para se ter acesso

à comunidade o tráfego é por estradas asfaltadas. Embora possuam asfalto, nota-se ruído pela quantidade de buracos. O transporte é feito, pelos moradores através de motocicletas, e “por carros de aluguel improvisados chamados “paus de arara”.

De acordo com um levantamento realizado pelo INCRA em 2014, a população de Contente é de 166 moradores, em sua maioria com relações de algum grau de parentesco. A população de Paulistana apresenta-se como predominantemente negra. Apresentam um dado interessante, quase que a totalidade dos habitantes é de religião católica.

A comunidade possui poucos registros escritos de sua história, limitando-se ao relatório socioantropológico do INCRA. O fato, porém, da quase inexistência de registros escritos, não significa dizer que a comunidade não guarda sua história. Os registros mnemônicos dão conta desta necessidade, pois existe uma memória coletiva acentuada. Desta forma, a história da comunidade é contada através da narrativa oral. Santos & Lima, (2013), destacam a importância da história oral quando se pesquisa as comunidades quilombolas. De acordo com os autores,

O testemunho oral dos moradores aliado à documentação disponível nos laudos antropológicos permitem uma análise sistemática do surgimento dessas comunidades. O uso da história oral como metodologia reveladora da memória quilombola torna-se fundamental e legítima, uma vez que parte desses grupos de não letrados quase não deixou registro escrito e a tradição oral revela o lugar privilegiado para o conhecimento das trajetórias desses grupos sociais (SANTOS & LIMA, 2013, p.2).

Os momentos das falas dos sujeitos são importantíssimos, principalmente para estes. Suas vozes foram outrora silenciadas, com seus valores e culturas postos em julgamentos, por isso nos momentos das narrativas, sentem-se como protagonistas. Uma outra relevância do registro mnemônico, se faz presente na necessidade de se desfazer a ideia de que apenas os escritos oficiais são válidos. No tocante à história oral, (1998) observa-na emancipadora, pois marca uma ruptura com a história acadêmico institucional.

A história oral seria inovadora, primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciados e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da vida cotidiana), à história local enraizada (FRANÇOIS, 1998, p. 04).

O processo de escuta das vozes dos sujeitos tornou possível a reconstituição da história da comunidade. Em um estudo etnográfico realizado através de visitas periódicas a esse *lócus* em momentos festivos, nas reuniões de associação dos moradores, aos locais históricos da comunidade foi possível abstrair de suas narrativas, elementos que expressam os sentimentos de vida de um povo e elementos enriquecedores que possibilitaram-nos reconstituir história.

QUILOMBO CONTENTE: TRAÇOS HISTÓRICOS, RECONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE

Segundo narrativas dos moradores, a comunidade Contente foi fundada por um homem de nome Elias, um escravo que vivia na senzala dos coronéis da região onde a comunidade está atualmente localizada. Narra a história que, certa vez, Elias, juntamente com um grupo de escravos, cavalgavam pelas matas quando ouviram os cães latindo. Imaginaram ser alguma caça, metonimicamente se refere ao ato de caçar animais silvestres, prática comum entre moradores daquela época e imediatamente se dirigiram até o local. Entretanto, ao chegarem se deparam com uma índia. Resolveram então pegá-la e trazer para a fazenda.

Descrevem-na como uma “uma moça branca dos cabelos grandes, quando ela sentava pisava encima dos cabelos”. O escravo ficou fascinado pela jovem e pediu-lhe a mão em casamento. Tendo ela aceitado o pedido, Elias foi pedir ao coronel um pedaço de terra para morar com a jovem com quem pretendia casar-se.

Do pedaço de terra doado ao escravo, originou-se a comunidade de Contente. O nome faz relação à emoção de Elias naquele momento. Ficou contente por ter recebido esta terra para morar com sua amada. Era um matagal àquela época e foi ao pé de um juazeiro, árvore comum da região, que Elias construiu sua morada.

Um dos moradores mais antigos da comunidade, o senhor Mariano, falecido em 2016, aos 97 anos, era neto de Elias. Mariano foi um dos principais propagadores da história do quilombo. Atualmente, os netos e vizinhos do seu Mariano conhecem e recontam as histórias da comunidade.

Alguns pontos da narrativa chamam a atenção. Um deles é a relação do escravo Elias com o senhor que parece ser de pouca subordinação e sofrimento e a forma como se construiu o quilombo. Diferentemente do processo comum de formação dos quilombos, quase sempre através de fugas, o caso da formação Contente não ocorreu a partir do conflito, ou da fuga, mas de uma doação feita pelo próprio escravizador. Diante desta constatação algumas questões se impõem: O que levaria um proprietário de escravos a fazer doação de um pedaço de terra a seu ex-escravo? Teria o proprietário uma dívida de gratidão com Elias?

As informações que coletamos por meio das narrativas orais da população de Contente não são suficientes para responder essas indagações. Pois, como em toda narrativa mitológica, o que importa para os descendentes de Elias é a valorização da história de seus ancestrais, não importando a minuciosidade dos detalhes. Ainda em observância à narrativa, não se tem uma precisão do período no qual os fatos ocorreram, o que nos custa determinar quanto tempo se tem desde a doação da terra a Elias até os dias atuais. Neste aspecto, também compreendemos que as narrativas mitológicas não especificam datas, referem-se sempre ao passado como um tempo muito distante, usando as expressões “antigamente” ou “naquele tempo”.

Ademais, cabe ressaltar ainda, que outra parte dos escravos buscaram a garantia

de uma pedaço de terra para ali constituir suas famílias e iniciar uma nova vida. Lima afirma que, no Piauí destacaram-se como predominante dois procedimentos para se obterem as terras,

No caso dos escravizados, destacam-se como predominantes, na ordem: (1) a doação, por parte de membros da família senhorial, de uma pequena área, no geral na parte menos fértil, para um negro ou um casal, após anos de labuta destes nas propriedades; (2) a fuga do domínio senhorial, em regra, de um negro que passou a ocupar uma determinada área, pequena, isolada e de difícil acesso, onde, posteriormente, passou a constituir família. Considerando-se as características das áreas nos dois processos, ressalte-se que uma diferença é a relativa ausência de isolamento e dificuldade de acesso nos casos de doações. Salvo engano, tal procedimento resulta de uma estratégia dos doadores para manter disponível e próximo a força de trabalho (LIMA, 2015, p.7).

As “doações” de terras feitas aos escravos, como ressalta o autor, não fogem da intencionalidade dos senhores em manterem um canal de boas relações com eles. Vale ressaltar que a relação de submissão do contexto de escravidão, que fazia dos negros meros objetos manipulados pelos que lhes escravizavam, levam-nos a acreditar que ao receberem qualquer bem, como terras e outros, não o viam como um direito, mas sim como um favor que ainda devia ser recompensado.

Na reflexão sobre o processo de escravidão no estado do Piauí, (SILVA, 2015) faz esta discussão, focando-se ao tratamento que fora dado aos negros neste período. Destaca a visão do historiador Odilon Nunes, que defende a ideia de um sistema escravista brando dentro do Estado do Piauí. Ele não nega os horrores da escravidão, porém, afirma que no solo piauiense “o negro tinha vida de folgazão, especialmente os das Fazendas Nacionais”.

Suas argumentações entram em discordância com a do Padre Chaves que apresenta a divisão escravista em duas fases, sendo que,

uma primeira em que imperou com certa ênfase o regime de ferro e fogo, com os castigos mais violentos e cruéis, com o abandono dos doentes e dos velhos, A segunda fase, para o clérigo, foi menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso aos escravizados. (SILVA, 2015, p. 20)

Quanto a historiografia da escravidão na capital do Piauí- Teresina-, (LIMA, 2005) evidencia a pouca quantidade de fontes que tragam a história da presença escrava. Não obstante, os relatos que traz são de uma rica natureza, pois retratam detalhes de como era o dia a dia dos escravos em períodos de construção da cidade. A mão de obra destes trabalhadores foram utilizadas na construção da capital.

(SILVA, 2015) ao fazer uma análise entre o pensamento dos autores que defendem uma “escravidão branda” no Piauí e aqueles que trazem uma perspectiva contrária a esta visão, faz a seguinte reflexão: “do céu ao inferno” referindo-se à historiografia acerca da escravidão negra no estado.

Foi neste processo escravista denso que as comunidades se constituíram. Em

relação à história de Contente, o que se tem atualmente é a sua luta recente para afirmar-se como comunidade quilombola. Até 2007, a comunidade não possuía associação de moradores, sendo estes associados à vizinha comunidade de Barro Vermelho. Observamos, pois, que há um sentimento de desentendimentos entre as duas comunidades. Como narra uma das lideranças quilombolas: “Tudo o que vinha para Barro Vermelho, nós não tocávamos. Contente ficava sempre de fora. Na época dessa energia elétrica mesmo, eu era presidente da Associação do Barro Vermelho e foi lutar pra trazermos pra cá para Contente”(XAVIER, 2017)¹.

Outra dificuldade narrada diz respeito a questão da identidade. Os moradores de Contente se reconhecem como quilombolas, enquanto entre os de Barro Vermelho, apenas um pequeno percentual assume esta identidade. Observamos nitidamente este fato na fala da moradora ao relatar que quando receberam a Coordenação das Comunidades Quilombolas do Piauí para iniciar o processo de reconhecimento e certificação das duas comunidades, para a formação de uma associação quilombola, os moradores de Barro Vermelho não aceitaram.

Após a não aceitação por parte da comunidade de Barro Vermelho, os moradores de Contente pediram desligamento da associação daquela localidade, passando estes a formar sua própria associação de moradores, no ano de 2007. Faz-se necessário a compreensão de como ocorre o processo de reconhecimento de uma comunidade como quilombola. É um processo resultante de etapas que se fazem essenciais para assegurar a essa comunidade o título de quilombola. O reconhecimento de uma comunidade quilombola, de acordo com (SANTOS & LIMA, 2013) tem como primeira ação a criação de uma associação de moradores.

As etapas que devem ser seguidas para a identificação, ou seja, abertura dos processos de reconhecimento enquanto comunidade quilombola, são: criar uma associação comunitária em sua comunidade, registrar em cartório, encaminhar para a Fundação Cultural dos Palmares (FCP) um documento em que se autodefinem como remanescentes de ex-escravizados e pedir o seu cadastramento para solicitar a regularização fundiária de suas terras (cf. BRASIL, 2007). Logo após a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, a FCP encaminha a solicitação de regularização para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela delimitação e titulação das terras. Para que o mesmo inicie os trabalhos nas comunidades, elas devem apresentar a certidão de registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela FCP (BRASIL, 2009). (SANTOS & LIMA 2013, p. 4).

O passo seguinte é a expedição da certidão para a comunidade pela Fundação Cultural Palmares. No caso específico da comunidade Contente, foi por meio do processo número 01420.003189/2010-94, que FCP reconheceu essa comunidade como quilombola, com publicação de sua certificação no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2010. Ainda sobre as etapas de constituição das comunidades quilombolas, é importante ressaltar que após a divulgação no diário oficial, os trabalhos

¹ Entrevista concedida por Jucélia Xavier. **Entrevista I.** [mai. 2017]. Entrevistador: Francisca das Chagas da Silva Alves. Paulistana, 2017. 2 arquivos .mp3 (40min.).

passam a ser de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA). É este órgão que, a partir dessa certificação, inicia o processo de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID.

É o resultado dos trabalhos realizados para identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado, assim como de seus proprietários ou posseiros; relatório agroambiental do território proposto, com o levantamento de suas características e possibilidades; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica (INCRA, 2017, p. 12).

Trazendo para o caso específico da comunidade Contente, não realizamos uma pesquisa documental junto ao órgão competente, INCRA, para investigar em qual situação se encontra o processo de titulação da comunidade, entretanto, a partir de conversa com as lideranças da comunidade, constatamos que a etapa atual deste processo de reconhecimento e elaboração do RTID está em fase de elaboração para parecer jurídico e posterior avaliação. Vale ressaltar que o processo de titulação de uma comunidade quilombola é moroso, tornando-se, por consequência, raro. No Estado do Piauí, são certificadas 88 comunidades, sendo que destas, apenas 05 são tituladas.

A Comunidade Contente, quase não possui atualmente artefatos materiais dos seus antepassados. Segundo relatos isto se dá em decorrência destes materiais terem sido levados por pesquisadores que por ali passaram. Entretanto, há na comunidade alguns vestígios históricos da escravidão como ruínas da fazenda, troncos e materiais que eram utilizados no sistema escravista.

Perto de Contente tem uma casa onde era os cativos, fomos atrás, nesta época que nós fomos atrás lá era mata fechada. Conseguimos um monte de coisa ainda, aí os pesquisadores que vinham de Teresina, que vinham de Brasília, nós não sabíamos de nada levaram tudo. Hoje o que nós temos aqui é umas fechaduras velhas de porta da antiguidade e um pilão velho que nós colocamos na casa do seu Mariano com muita luta. Quando nós chegamos lá na casa achamos várias coisas. Tinha Caritó, tinha prensa onde eles impressavam os negros para retalhar a bunda. Aí nós fomos correr atrás da história. (XAVIER, 2017)².

O local encontra-se em situação de abandono, pouco é visitado em decorrência do difícil acesso, ou da falta de interesse da população pelas memórias ali existentes, talvez por estas remeterem ao sofrimento causado pela escravidão aos seus

² Entrevista concedida por Jucélia Xavier. **Entrevista I.** [mai. 2017]. Entrevistador: Francisca das Chagas da Silva Alves. Paulistana, 2017. 2 arquivos .mp3 (40min.)

antepassado. Assim, vestígios que contam a história de Elias e de muitos outros escravos, continuam sendo desprezados num processo de “apagamento” ou “silenciamento das vozes do dominados”.

Nessa perspectiva, cabe aos pesquisadores, especialmente os historiadores, darem vozes aos sujeitos silenciados, que o papel do historiador é,

Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos, prestando atenção às respostas, pode se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo(DARNTON, 1987, p.7).

Sendo assim, o trabalho dos pesquisadores ganha sentido, quando possibilita uma interlocução entre o passado e o presente, dando voz às “almas mortas” há muito tempo silenciadas, ressignificando o mundo em que elas viveram.



Artefatos históricos de fechadura e louça

Fonte: Arquivo pessoal

Os artefatos apresentados na imagem foram encontrados no local onde existia a senzala. Eles foram trazidos pelos moradores e são guardados na residência de um deles. Os materiais que a comunidade guarda são poucos, segundo eles foram encontradas várias peças por pesquisadores que foram ao local e parte do que foi resgatado, encontra-se em um museu na cidade de Afrânio Pernambuco, que fica a 80 quilômetros da comunidade.

A visita ao local onde se encontra as ruínas da senzala é feita por meio de um trecho de cerca de 03 quilômetros, sendo que cerca de um quilômetro é percorrido à pé, por causa das cercas de arame farpado. O referido local, segundo relatos dos moradores, é o mesmo onde vivia Elias, o fundador de Contente. Observamos que

dentro das ruínas existentes, ainda é perceptível a existência de pedaços de telhas e pedras que eram usadas na edificação da casa. O local já foi encoberto pela caatinga, mas atualmente encontra-se descoberto pela ação das queimadas, pois encontra-se pedaços de madeira queimados que, que supostamente eram parte da estrutura existente da senzala.

Devido a ação do fogo, existem plantas como o Juazeiro que encontram-se em fase de broto. O espaço fica situado em cima de um pequeno morro em uma área do tamanho aproximado de um hectare.



Cruz demarcando o Il Local onde foi celebrada a primeira missa na comunidade

Fonte: Arquivo pessoal

A religião predominante na comunidade é a católica. A cruz vista na imagem é um ponto histórico preservado pelos moradores. Ela fica situada na área central, no terreiro da residência de um antigo morador. Esta cruz foi, segundo relatos, erguida no local logo no início da construção da comunidade. Afirmam os moradores que, por não haver igreja na época, as missas eram celebradas neste lugar. Sacramentos como batizados, casamentos eram realizados no local. Devido a isso, ela encontra-se preservada e ainda são celebradas missas no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Contente possui uma história rica, embora com uma população pequena, apresenta riquezas peculiares que são manifestadas em cada ação realizada em seu dia a dia pelos moradores: as conversas nos terreiros de casas durante as visitas aos vizinhos à tardinha, a interação nos momentos de lazer, os festejos, as reuniões comunitárias, as convivências entre os produtores de mel, todos estes momentos retratam a sabedoria de um povo que faz questão de preservar o seu lugar, suas memórias e cultura. Entretanto, elementos apresentados pelos moradores levam-

nos a refletir sobre o processo de colonização ainda presente de diversos modos. A cruz encontrada é um aspecto marcante deste processo. Compreendemos que a inexistência de um registro escrito não é absurda ou signifique que a comunidade não tenha uma história, ao contrário, ela traz nos seus processos educativo as vivas memórias de seu povo. O registro será somente mais um elemento de colonização, se não desenvolver a função social de propagar as memória desta comunidade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVII**. Teresina: EDUFPI, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Terra Ambiental. Relatório antropológico de caracterização Histórico Econômico Ambiental e Sociocultural: lote 28: Comunidade Quilombola Contente. Paulistana: Incra, 2014. 63 p.

DARNTON, Robert. **História da leitura**. In: BURKE. Peter (org.). A escrita da história novas perspectivas. UNESP, 2.ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **História e Diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cadernos Cedes. Campinas: vol. 25, nº 67, pp. 378-388, set./dez. 2005.

FRANÇOIS, Etienne. **A Fecundidade da História Oral**. in Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES FCP. **Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) ATUALIZADAS ATÉ A PORTARIA Nº 84, PUBLICADA NO DOU DE 08 de junho de 2015**. Disponível:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Lista-das-CRQs-Certificadas-Portaria-n%C2%B0-84-08-06-2015.pdf>

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial da escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.) Multiculturalismo. Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, Solimar Oliveira. **SERTÃO QUILOMBOLA: Comunidades Negras Rurais no Piauí**. África Brasil: Identidades e Diásporas, 2015.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010

NUNES, Odilon J. **Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da província**. Teresina: FUNDAPI, 2007

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**.

Brasília, 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Uma História de Liberdade**. In: Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) 1. Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA . Rodrigo Caetano. **Historiografia piauiense acerca da escravidão no Brasil (Séculos XVIII-XIX)**. Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí – Brasil, março de 2015.

SITE: <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-092-6

